

À DOUTA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – CICG.

Processo nº: 202300010023378

Edital de Chamamento Público nº: 03/2023-SES/GO

INSTITUTO SINERGIA, pessoa jurídica de direito privado sem finalidade lucrativa, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ/MF nº 34.544.745/0001-33, com sede na Rua Lorraine, Quadra 41, Lote 19, S/Nº, Residencial Village Garavelo, Aparecida de Goiânia, Goiás – CEP: 74968-522, qualificada como organização social da saúde do Estado de Goiás por meio do Decreto nº 9.626, de 10 de março de 2020, neste ato representada por seu Presidente, conforme previsão estatutária, vem, perante Vossas Senhorias, apresentar **IMPUGNAÇÃO aos termos do Edital, referente ao Chamamento Público nº 03/2023 – SES - HEAPA**, conforme segue.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cumpre destacar que o conhecimento da presente Impugnação está devidamente subsidiado na legislação pertinente à matéria, bem como no próprio Edital de Chamamento Público nº: 03/2023-SES/GO, que no seu **subitem 11.1**, estabelece que:

11.1. O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(s) ao Edital deverá(ão) ser encaminhado(s) à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGSS/GAB/SESGO, até às 18:00 horas do dia 21/08/2023 (esclarecimentos) e 01/09/2023 (impugnações), no endereço ou e-mail indicado no “Aviso de Chamamento Público”.

Com efeito, com base na presente data da interposição da Impugnação e considerando o prazo determinado no Edital supracitado, tem-se a presente Impugnação regularmente **tempestiva**.

Desse modo, requer-se, desde já, a devida apreciação e posicionamento da Comissão interna de Chamamento Público da SES/GO, acerca da questão abaixo apontada.

2. DA IMPUGNAÇÃO: DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DO PERCENTUAL DO REPASSE DE CUSTEIO PARA ARCAR COM AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA INSTITUIÇÃO, DECORRENTES DA OPERAÇÃO DA UNIDADE.

Da leitura do **Edital de Chamamento Público nº: 03/2023-SES/GO**, não se verifica, em momento algum, a estipulação do percentual de rateio para custear as despesas administrativas da Instituição, decorrentes da operação da unidade de saúde. Explica-se.

Nos termos da Lei Estadual nº 15.503/05, foi previsto o percentual de até 3% do valor do repasse mensal, para arcar com as despesas administrativas da Instituição gestora da unidade de saúde, conforme as seguintes disposições:

Art. 7º-A Fica autorizado o reembolso, por meio de rateio, das despesas administrativas eventualmente realizadas pela organização social, nas hipóteses em que esta se serve da estrutura de sua unidade de representação, desde que os dispêndios sejam comprovadamente vinculados à execução do objeto do ajuste de parceria e tenham sido previamente autorizados pelo órgão ou pela entidade supervisora do contrato de gestão.

[- Acrescido pela Lei nº 19.773, de 18-07-2017, art. 1º.](#)

§ 1º Ficam sujeitos ao limite de 3% (três por cento) de que trata o § 1º do art. 7º desta Lei, em conjunto com as despesas ali previstas, os dispêndios administrativos que, na forma do *caput* deste artigo, são passíveis de rateio.

No entanto, da leitura do Edital de Chamamento Público ora impugnado, não resta claro, nem consignado de forma expressa, o montante/percentual de recursos que serão disponibilizados à Parceira Privada, para respaldar as despesas administrativas inerentes a execução da Parceria formada.

Nesse sentido, em que pese conte na Minuta do Termo de Colaboração anexa ao instrumento convocatório, em seus **subitens 3.1.79 e 8.11**, menção indireta ao montante destinado ao rateio de despesa administrativa, não consta, entretanto, o valor/percentual que será destinado para tal fim.

Por fim, vale realçar que tal questão ora levantada, já foi objeto de impugnação por este Instituto, anteriormente a republicação do Edital, não havendo, até o momento, qualquer manifestação ou esclarecimento da SES/GO, ou inclusão de disposição no Edital retificado que suprisse esta lacuna.

3 – DA SOLICITAÇÃO:

Ante o exposto, **IMPUGNA-SE** a ausência de previsão expressa do montante/percentual a ser destinado a Instituição gestora, para custear as despesas administrativas decorrentes das atividades e da operação da unidade.

Aparecida de Goiânia, 07 de agosto de 2023

LEVY COSTA NETO
Presidente